

**ENTRE CHOMSKY E PORT-ROYAL:
uma análise da leitura chomskiana**

*CHOMSKY AND PORT-ROYAL:
an analysis of the chomskian reading*

Fernanda Cizescki
Mestranda em Lingüística - UFSC - CNPq

Resumo

A proposta deste ensaio é analisar a interpretação feita por Chomsky, em *Lingüística Cartesiana e Linguagem e Pensamento*, sobre a presença dos conceitos de Estrutura Profunda e Superficial na Gramática de Port-Royal. Sabendo que na gramática esse conceito tem raízes semânticas, a idéia, aqui, é a de investigar em que medida essa interpretação influenciou o desenvolvimento do projeto chomskiano enquanto proposta de relação entre linguagem e pensamento.

Palavras-chave: Chomsky. Gramática de Port-Royal. Universalismo.

Abstract

Our proposal is to analyze the chomskian reading of Port-Royal Grammar in Chomsky's *Cartesian Linguistics* and *Language and Mind*. The idea is to discuss if his reading corresponds to the Grammar ideas about Deep and Surface Structure concept. Knowing that this concept has semantic implications, our aim is to investigate if this interpretation had influenced the developing of a chomskian project as a proposal of relation between language and mind.

Keywords: Chomsky. Port-Royal Grammar. Universalism.

1 INTRODUÇÃO

Uma das questões mais discutidas ao longo da história da lingüística é a questão da origem da linguagem e sua relação com o pensamento. Na lingüística, os debates ocorrem porque as teorias pressupõem uma concepção de língua que, tendo interface com outras disciplinas, não necessariamente se restringe aos conceitos lingüísticos. Por isso, não é de se estranhar que o campo que abarca esses estudos se estenda à filosofia e à psicologia, enquanto meio de entender a natureza, por exemplo, da especificidade da linguagem humana e de tentar explicá-la com base no pensamento ou em relações cognitivas.

Não é novidade que diversos dos assuntos já levantados por filósofos perduram nos debates propriamente lingüísticos e ainda têm seus seguidores, reformuladores e críticos. Porém, apesar da quase infinda discussão, a relação entre linguagem e pensamento continua em aberto. O que se tem, então, são diversos pontos analisados com base em questões como: a linguagem determina o pensamento, ou o contrário? É a convenção cultural que determina o vínculo entre pensamento e linguagem ou há alguma espécie de natureza intrínseca nessa relação?

Desde o diálogo sobre a natureza do signo lingüístico no *Crátilo* de Platão, passando pela lógica de Port-Royal, pela arbitrariedade do signo saussuriano, pela Gramática Universal de Chomsky e chegando ao mentalês de Pinker, se vêem os mais diversos projetos na tentativa de desvendar essa relação.

Ora, um dos projetos que mais influenciou a lingüística do século XX foi o chomskiano, com seu misto de formalização e considerações filosóficas. De acordo com Weedwood (2002, p.132):

O livro *Syntactic Structures* [...] veio a se tornar um divisor de águas na lingüística do século XX. Nesta obra, e em publicações posteriores, ele desenvolveu o conceito de uma *gramática gerativa* [...] Chomsky mostrou que as análises da frase praticadas até então eram inadequadas em diversos aspectos, sobretudo porque deixavam de levar em conta as diferenças entre os níveis “superficial” e “profundo” da estrutura gramatical.

Desde então, tanto já foi dito sobre Chomsky que até citar isso é lugar-comum. Quais motivos, então, poderiam levar à escritura de mais um trabalho cujo objetivo seria discutir como se deu a incorporação de uma das bases filosóficas que constituíram a concepção chomskiana da relação linguagem e pensamento? Ora, por mais que se tenham discutido tanto os aspectos formais da teoria quanto os propriamente teóricos, o estudo de Chomsky como um pensador da língua ainda apresenta pontos passíveis de discussão. Um deles diz respeito à pretendida relação entre sua teoria e a gramática de Port-Royal (Doravante PR). Diversos aspectos podem ser extraídos de uma leitura mais detalhada dessa relação. Entre eles, incluem-se o já exaustivamente discutido cartesianismo e a pertinência da interpretação feita pelo autor sobre as informações históricas que oferece. Porém, esses aspectos não serão aqui detalhados. Ao contrário, visa-se focar algo que, obviamente, está a eles relacionado, mas que não tem discussão tão amplamente desenvolvida. Trata-se de investigar em que medida a leitura feita por Chomsky sobre PR foi, de fato, correspondente às idéias contidas na gramática e até que ponto as semelhanças apontadas por Chomsky são realmente pertinentes. Por isso, o fio condutor da análise será a interpretação chomskiana que, deduz-se, abrirá caminho ao entendimento de como se constituiu o almejado universalismo proposto por ambos os autores. A partir daí, pretende-se rastrear os primeiros conceitos defendidos por Chomsky no que concerne à Gramática Universal e ao universalismo da Estrutura Profunda (respectivamente: GU e EP) em sua relação com a proposta da Gramática de PR. Devido a isso, a análise terá como base *Lingüística Cartesiana e Linguagem e Pensamento* em contraposição à *Gramática de Port-Royal*.

Ambos os livros do lingüista americano são tidos aqui como duas das poucas obras dele explicitamente dedicadas a uma visão filosófica e epistemológica da língua. Talvez por isso, sejam esses os livros que mais destoam da totalidade da obra chomskiana e que carregam tanto as indefinições de seu início de teoria, quanto sua ânsia por encontrar em autores de renome o fundamento de suas idéias. Embora este trabalho tenha caráter crítico, não está subentendido nele o intuito de depreciar ou invalidar a proposta chomskiana, ao contrário, considera-se interessante percorrer as lacunas como forma de melhor entender o encadeamento das idéias do autor. Principalmente, porque, embora essas idéias tenham sofrido mudanças essenciais no decorrer da obra, é sempre válido voltar aos fundamentos de uma teoria no intuito de compreendê-la como um todo.

2 UMA VISITA À PROPOSTA DE PORT-ROYAL, LINGÜÍSTICA CARTESIANA, LINGUAGEM E PENSAMENTO

2.1 Gramática de Port-Royal

A *Grammaire générale et raisonnée* (1660), conhecida como Gramática de Port-Royal, é tida como uma das primeiras gramáticas a se preocupar com o caráter universal da linguagem e, por isso, acabou se tornando renomada. De acordo com Weedwood (2002, p. 98), a obra marca o encontro tenso da gramática particular produzida até então, com a filosofia, num contexto em que

O latim, desafiado por um vernáculo após o outro como veículo de produção intelectual, e totalmente inútil fora da Europa ocidental, estava empenhado numa batalha desesperada. Defrontados com a perspectiva iminente da fragmentação lingüística numa escala desconhecida na Europa desde a partida dos romanos, os eruditos e também o público reagiram, lançando o foco do interesse sobre o aspecto universal da linguagem. (WEEDWOOD, 2002, p. 96-97)

A tentativa da obra, então, é a de construir uma gramática que pudesse servir a todas as línguas, sem admitir uma língua específica como sendo universal. Dessa forma, seria possível amenizar a fragmentação supracitada, dando, ao mesmo tempo, valor aos vernáculos.

Quanto à obra em si, a definição de gramática e do objeto de estudo deles está já na primeira página, antes do prefácio, no qual Arnauld e Lancelot (1192, p.3) deixam claro que

A Gramática é a arte de falar. Falar é explicar seus pensamentos por meio de signos que os homens inventaram para esse fim [...] Assim, pode-se considerar duas coisas nesses signos. A primeira: o que são por sua própria natureza, isto é, enquanto sons e caracteres. A segunda: sua significação, isto é, o modo pelo qual os homens deles se servem para expressar seus pensamentos.

A partir disso, se desenvolve uma obra cuja estrutura se compõe de duas partes correspondentes à separação estabelecida no excerto citado. A primeira parte não será aqui discutida, somente comentada. A segunda receberá maior atenção por ter sido a mais citada nos livros de Chomsky. No desenvolvimento dela, os autores se valem da base lógica dos pensadores da época, afirmando que há no espírito dos homens três operações: conceber (formar um conceito), julgar (afirmar coisas a respeito dos conceitos) e raciocinar (fazer um julgamento a partir de julgamentos já estabelecidos). Estas seriam a base da expressão dos pensamentos em todas as línguas, por isso, segundo Weedwood, (2002, p.99) “essas operações e as suas conseqüências lingüísticas são universais, elas podem ser exemplificadas por meio de qualquer língua”. Além disso, Arnauld e Lancelot distinguem dois tipos de palavras: os objetos do pensamento (nomes, artigos, pronomes, participios, preposições e advérbios) e o modo do pensamento (verbos, conjunções e interjeições), afirmando a existência de uma ordem natural de expressão do pensamento na qual essas palavras são exteriorizadas.

Em linhas gerais, a análise feita no decorrer da obra tem características prescritivas e descritivas ao mesmo tempo. As primeiras aparecem sempre que se remete às regras do bem falar sem que seja dada uma explicação plausível sobre a regra. Um exemplo é o

capítulo sobre os advérbios, que será posteriormente discutido. A descrição aparece toda vez em que os autores da gramática se debruçam numa análise mais detalhada e comparativa entre línguas, geralmente latim e francês com um pouco de grego e hebraico. O uso de poucas línguas faz com que em determinados pontos o texto pareça apenas conter uma lista de regras do francês e do latim, como é o caso dos artigos que eles afirmam não se tratarem de uma característica presente em todas as línguas.

Os critérios usados também são bastante flutuantes, mas geralmente levam em conta a significação, fato este que a aproxima da semântica, principalmente no que diz respeito ao conceito de proposição e de suas relações com as operações mentais.

Enfim, não se pretende, nesse primeiro momento, tecer uma análise crítica exaustiva sobre os pontos da gramática, pois eles serão retomados no momento necessário para explicitar a teoria chomskiana. Por enquanto, bastam os tópicos já esclarecidos rapidamente e a consciência de que a concepção de língua que se mostra por trás desses dados é baseada na lógica e carrega consigo tanto a idéia de uma linguagem que representa o pensamento, quanto a da convencionalidade do signo que teria sido inventado pelos homens no intuito de suprir suas necessidades comunicativas.

2.2 Chomsky

2.2.1 Lingüística Cartesiana

Lingüística Cartesiana é datado de 1965, período em que também foi lançado *Aspects of the Theory of Syntax*. Em linhas gerais, este se ocupa de características formais da teoria em desenvolvimento, enquanto aquele acaba se centrando numa discussão de cunho filosófico em que Chomsky tenta traçar as bases de sua teoria.

Ora, já é sabido que, na época em que os livros foram lançados, a teoria gerativista estava em processo de consolidação e a crítica feita por Chomsky ao behaviorismo ainda era bastante presente. Por isso, não é de se estranhar que, nesse primeiro momento, o autor tenha buscado toda espécie de reforço possível em autores já renomados no intuito de validar sua proposta. Esse é o caso de Descartes e Port-Royal, que foram largamente utilizados na exposição feita em *Lingüística Cartesiana*.

Com base principalmente na distinção entre corpo e mente, Chomsky tenta estabelecer ao longo da história dos estudos lingüísticos um percurso cartesiano que desemboca na distinção entre estrutura superficial e profunda. Esta, por sua vez, estaria numa lingüística que, embora não tenha sido elaborada por Descartes, remonta a ele. Justamente por isso, *Lingüística Cartesiana* parece uma tentativa de dar à teoria chomskiana um caráter mais próximo de um universalismo de base filosófica. A partir desse ponto, não é difícil tentar entender as ligações pretendidas por Chomsky: como seu projeto visava ser universal, era necessário recorrer a algo que todos os homens tivessem em comum e que, ao mesmo tempo, fosse o diferencial entre humanos e outros animais. Assim, chegou-se a Descartes e ao pensamento como condição de existência do homem enquanto tal. Ora, se o pensamento é característica inquestionável da humanidade, ele é universal. Porém, já que ele só é exteriorizado por meio da linguagem, ela precisaria ser tão complexa e criativa a ponto de expressar esses pensamentos de maneira distinta e sem que uma suposta essência fosse alterada

mediante esse fator. Vale ressaltar que não se tem como objetivo aqui questionar a pertinência desse pensamento em específico, mas sim expô-lo por ele fazer parte da base das considerações feitas por Chomsky ao longo de seu livro.

O livro *Lingüística Cartesiana* é dividido em quatro partes (aspecto criador do uso da linguagem; estrutura profunda e superficial; descrição e explicação em lingüística; e aquisição e uso da linguagem), das quais interessará, aqui, a segunda delas, pois carrega muito das primeiras discussões sobre PR.

A distinção levantada pelo autor entre EP e ES ressalta a existência na língua de um aspecto interno e de outro externo que determinaria, respectivamente, a interpretação semântica e fonológica das frases. Nesse ponto, toma como exemplo a famosa frase de PR: *Deus invisível criou o mundo visível*¹ para ratificar tal separação. Para ele, as proposições que PR considera como incidentes, juntamente com a proposição principal, formam a EP da frase. Por isso, diz-se que, nesse primeiro momento, a estrutura profunda se compõe de um sistema de proposições entendidas da mesma forma que em PR:

O julgamento que fazemos das coisas, como quando digo “A terra é redonda”, se chama PROPOSIÇÃO; e assim toda proposição encerra necessariamente dois termos: um chamado *sujeito*, que é aquilo de que se afirma algo, como *terra*; o outro chamado *atributo*, que é o que se afirma, como *redonda*. (ARNAULD e LANCELOT, 1992, p.28)

Esse esquema, justamente por ser abstrato, não está expresso na proposição proferida. A gramática de Port-Royal, na perspectiva de Chomsky, como toda lingüística cartesiana, parte da idéia de que os processos lingüísticos e mentais são idênticos, embora não haja necessariamente coincidência de expressão entre os níveis superficial e profundo. Isso ocorre porque

La estructura que expresa el significado es común a todas las lenguas, según se afirma, puesto que es una simple reflexión de las formas del pensamiento. Las reglas transformacionales que convierten una estructura profunda en superficial pueden variar de una lengua a otra [...] La estructura profunda que sirve de base a la expresión efectiva, estructura que es puramente mental, es la que lleva consigo el significado semántico de la frase. (CHOMSKY, 1969, p.82)

Partindo dessas considerações, Chomsky diz que a teoria dele está interessada, principalmente, em duas espécies de regras: as que especificam a EP, relacionando-a com a ES; e as regras de interpretação semântica e fonológica, que se aplicam à EP e ES, respectivamente. Segundo ele, por isso, se pode considerar “la gramática generativa transformacional, según se está elaborando en la actualidad, como una versión esencialmente moderna y más explícita de la teoría de Port-Royal”. (CHOMSKY, 1969, p.88)

¹ Dizem Arnauld e Lancelot: “[...] quando digo: *Deus invisível criou o mundo visível* – formam-se três julgamentos em nosso espírito, contidos nessa proposição. Primeiramente julgo que *Deus é invisível*; segundo, que *criou o mundo*; terceiro, que *o mundo é visível*. Dessas três proposições, a segunda é a principal e a essencial da proposição, mas a primeira e a terceira não passam de incidentes e fazem apenas parte da principal, em que a primeira compõe o sujeito e a última o atributo. Ora, essas proposições incidentes estão muitas vezes em nosso espírito sem ser expressas por palavras, como no exemplo dado. (1992, p. 64)

2.2.2 Linguagem e Pensamento

Publicado pouco tempo depois de *Lingüística Cartesiana, Linguagem e Pensamento* é composto de conferências proferidas em Berkeley, em 1967. O livro se constitui de três partes agrupadas sob o título geral de *Contribuições Lingüísticas para o Estudo do Pensamento*, cujas subdivisões são: passado, presente e futuro. Será analisada aqui a primeira delas, pois é nela que Chomsky assinala o quadro geral do passado que contextualiza o início de sua produção.

Esse texto segue uma linha bastante semelhante à de *Lingüística Cartesiana*. O que ele traz de diferente é o fato de defender a gramática como não tendo nenhuma característica prescritiva. De acordo com ele, *não há lugar para o gramático legislar* (CHOMSKY, 1971, p.29), pois os gramáticos sempre fazem sua explicação partindo do que é ou não usado na língua. Segundo o autor, o que aconteceu foi que “se tornou difícil para a lingüística moderna apreciar o que realmente estava em jogo nessas considerações e conduziu à confusão da gramática filosófica com o esforço de ensinar melhores maneiras a uma classe média em ascensão”. (Idem, 1971, p. 29)

Como em *Lingüística Cartesiana*, aqui Chomsky faz uma breve análise da sentença discutida anteriormente: *Deus invisível criou o mundo visível*. Nessa discussão, ele mostra que é possível se obter a ES subdividindo uma frase, em frases consecutivas, até se chegar às palavras. Complementa o breve comentário, dizendo que “embora a gramática de Port-Royal tenha sido aparentemente a primeira a repousar de modo inteiramente sistemático na análise da estrutura superficial, reconhecia a insuficiência dessa análise”. (idem, 1971, p.30) Por isso, partiu para uma análise da estrutura profunda, que carrega em si as três proposições já citadas. Ora, a exposição se completa com ele afirmando que as operações mentais (transformações na teoria gerativa) relacionam a EP com a ES. Esse fator enquadraria a gramática de Port-Royal no ramo da psicologia: “a clara intenção da gramática filosófica era criar uma teoria psicológica, não uma técnica de interpretação de textos”. (Idem, 1971, p.33)

Ora, é notável certa diferença entre as concepções presentes nas obras de Chomsky, porém esse detalhe será mais bem analisado na parte subsequente em que serão contrapostas as obras aqui esboçadas.

3 A LEITURA DE PORT-ROYAL

Como já foi citado, o que Chomsky faz nesse início de caminho é tentar chamar para si autores de renome que possam ratificar a pertinência de seu pensamento, porém isso se dá numa cadeia de argumentos que nem sempre são bem delineados e testados. Obviamente, isso abre espaço para considerações críticas como a forma, no mínimo intrigante, com que Chomsky insere Port-Royal em seu estilo lacunar de argumentação¹. A impressão que o texto passa durante a leitura é a de que o autor seguiu fielmente os escritos de PR. Todavia, não é visível a transição entre o que são idéias dele e o que

¹ Aliás, parece que o que há de mais semelhante entre ambos é o estilo argumentativo: sempre lacunar, com alguns poucos exemplos muito bem escolhidos e coisas encaradas como óbvias sem uma discussão aprofundada. Porém, deve-se levar em conta a diferença de informações que estavam à disposição de cada um deles na época em que escreveram seu trabalho, na hora de estabelecer uma análise crítica das obras em questão.

realmente estava em Port-Royal. Ele cita trechos da gramática em pontos estratégicos, para comprovar a idéia de que a distinção entre estrutura profunda e superficial realmente vem de lá. Cabe aqui dizer que isso não significa a inexistência dessa idéia, mas sim que ela não é explícita e nomeada como Chomsky faz parecer.

Na sua explicação sobre estrutura profunda e superficial, Chomsky cita diversas passagens e exemplos extraídos de Port-Royal. Um deles é a já citada frase: *Deus invisível criou o mundo visível*. Cabe dizer que, em PR, ela aparece como exemplo das peculiaridades do pronome relativo em relação aos outros pronomes. Uma delas é o fato de a proposição (incidente) na qual o relativo entra poder fazer parte do sujeito ou do atributo de uma outra proposição que pode ser chamada de principal. No exemplo da frase, a proposição principal é *Deus criou o mundo* e as proposições incidentes são *Deus é invisível* e *o mundo é visível*. Dessa forma, o relativo serviria para, numa construção como *Deus que é invisível, é criador do mundo, que é visível*, fazer com que as proposições incidentes fossem, respectivamente, sujeito e atributo da principal. Aqui, visivelmente, trata-se da função sintática do “que”: ele serve para expressar explicitamente proposições incidentes. Independentemente de essas frases constituírem um esquema subjacente de proposições ou não, o fato é que na gramática isso não aparece como forma de ratificar a existência da distinção entre aspectos subjacentes ou superficiais da língua, como Chomsky faz crer ao trazer esse exemplo.

Chomsky usa a “análise” que Port-Royal faz dos advérbios como exemplo da tentativa de Arnauld e Lancelot em desenvolverem a análise da Estrutura Profunda e Superficial num aspecto gramatical mais específico. O primeiro ponto a ser discutido nesse caso é a respeito de qual análise realmente se faz na gramática sobre os advérbios. O capítulo dedicado ao advérbio ocupa uma única página e não se constitui de algo que se possa chamar de análise detalhada. De acordo com Port-Royal, o advérbio surgiu como efeito da vontade do homem em abreviar o discurso (não necessariamente por elipses, como diz Chomsky). Os autores chegam a essa conclusão porque esses advérbios servem para significar numa palavra o que, pelas regras do bem falar, deveria ser dito em duas. Pois bem, até aí o discurso de Chomsky não se distancia tanto do que há em Port-Royal. Porém, o caso é que Arnauld e Lancelot sequer analisam o advérbio em relação a alguma das três operações do espírito (que constituem o arcabouço universal de Port-Royal). Ao contrário, somente o encaixam na primeira operação e justificam sua nomenclatura pelo fato de os advérbios se “juntarem ao verbo” para modificar ou determinar a ação. Tendo o advérbio, portanto, sua caracterização limitada a observações sobre como e onde utilizá-lo. Isso não parece estar vinculado a nenhuma tentativa séria de gramática não prescritiva como quer Chomsky. Ao contrário, ela mostra algumas das bases daquilo que se tornou a gramática prescritiva atual. Obviamente, a partir disso, surgem questões como: o que isso tem de universal, cartesiano e lógico?

Na verdade, o tópico do prescritivismo é um tanto delicado. Como foi citado na parte sobre *Linguagem e Pensamento*, Chomsky não aceita a idéia de PR ter características prescritivas. Porém, por mais que os autores estivessem vinculados a um pensamento lógico, este era mesclado à “arte do bem falar”. Uma passagem como a dos advérbios, que cita explicitamente ser mais elegante expressá-lo em duas palavras do que em uma, não surpreendentemente, acabará por auxiliar no *esforço de ensinar melhores maneiras a uma classe média em ascensão* (CHOMSKY, 1971, p. 29).

Outro aspecto interessante está no fato de que, para Chomsky, parece ser claro o vínculo de sua teoria com a psicologia, tanto é que ele inclui a lingüística como ramo da psicologia em *Linguagem e Pensamento* e associa as operações de PR às transformações da gerativa. Porém, por mais que seja possível dizer que a gramática é associável a aspectos da psicologia cognitiva, por exemplo, parece ser um pouco exagerado pressupor que esse era o objetivo da obra, principalmente, levando-se em conta que seus autores estavam apoiados numa base lógico-filosófica: assim, pode-se argumentar que, como o intuito da gramática não era ser prescritiva, também não era ser uma teoria psicológica.

Enfim, apesar de tantos pontos questionáveis, parece que há, ainda, para conectar as duas propostas, o almejado universalismo.

3.1 Universal em Chomsky e Port-Royal

Sabendo que tanto Chomsky quanto os autores da gramática de PR se detêm na perspectiva do universalismo, resta saber até que ponto há convergência de idéias e coerência nos vínculos ressaltados por Chomsky.

Um ponto central do universalismo de Port-Royal é que seus autores vinculam a linguagem às três operações do pensamento, mas não as entendem necessariamente como uma explicação da GU ou de um aparato cognitivo, ou melhor, PR não tem como foco estabelecer uma análise das classes de palavras com base numa gramática que seja universal nos termos de Chomsky, mas sim com base num ponto de vista racional que as torna universais na medida em que as vincula às operações do pensamento.

Em alguns pontos da obra, o interesse primordial em PR não parece ser o de definir essa estrutura racional universal, pois ela aparece como algo dado. Na verdade, a gramática, às vezes, parece muito mais particularizada, alongando-se numa descrição geral das idiossincrasias das classes de palavras das línguas que eles conhecem, principalmente do francês, que era o vernáculo falado pelos autores. Por exemplo, quando eles discorrem sobre os artigos dizem que eles são partículas existentes na maioria das línguas e que aparecem para determinar uma significação vaga dos nomes. Ora, a análise, nesse capítulo, tem ora um traço claramente semântico, ora uma explicação explicitamente baseada em regras do uso dos artigos no francês. Partindo disso, os autores de PR dizem claramente que essa análise particularizada não se estende às outras línguas, o que faz crer que aquilo que seria subjacente a todas as línguas seria somente a relação semântica. Para usar as expressões chomskianas: A EP estaria presente em todas as línguas, enquanto a ES pode variar de uma língua para outra.

A base da gramática, segundo Port-Royal, é a segunda operação: o julgamento que é uma proposição constituída de sujeito e atributo. Esta é uma noção semântica utilizada até hoje. Conseqüentemente, se a base é semântica, isso deve refletir em Chomsky já que ele diz ser a gramática gerativa uma versão mais explícita de Port-Royal. Isso implica dizer que para Chomsky a EP, ao menos nessa época, vincula-se ao significado. Ora, como a EP é um dos pontos universais (comum a todas as línguas) da teoria, o universal chomskiano seria, por conseqüência, semântico. Por isso, a crítica não está exatamente em se ter ou não a idéia de estrutura profunda em Port-Royal, mas sim no que é essa estrutura para cada um dos dois e a que ela se relaciona. Até mesmo porque

há em PR diferenciação entre a “parte material da palavra” e a parte “espiritual”. A material estaria vinculada aos sons, enquanto à espiritual estaria ligado o pensamento, constituído pelas três operações, mas isso é mais semântico que sintático. Enfim, dentre todas as semelhanças que Chomsky afirmou ter em comum com PR, talvez a que chame mais atenção seja o fato de ambas terem como centro a semântica.

4 DISCUSSÃO

O fato é que se pode ler Port-Royal encarando as discussões ora como prescritivas, ora como descritivas, ou semânticas e sintáticas. Isso dá ao texto uma abrangência relevante e uma diversidade na possibilidade de olhares sobre ele, fazendo com que os mais diversos teóricos reclamem essa famosa gramática para sua linha de pesquisa. Assim, pode-se vê-la tanto nas gramáticas tradicionais - que, ao menos em português, dizem seguir a tradição filosófica das gramáticas e, conseqüentemente, de PR - quanto em Chomsky, que a insere no tal cartesianismo, ou ainda na semântica, que vê em PR diversos aspectos da lógica das línguas naturais que foram depois formalizados. Enfim, foram se fazendo diversas atribuições à gramática de PR, que, por abarcar intuições muito boas acerca do que se desenvolveu em lingüística posteriormente, podia realmente se encaixar como precursora de várias correntes.

Quanto a Chomsky, uma coisa é clara: ele afirma que a EP não são as proposições em si, mas sim que se compõe delas. Para definir proposição, ele recorre à PR, em que a proposição é claramente semântica. Isso gera um impasse na base do pensamento chomskiano: caso ele continuasse a ter uma EP com raízes semânticas, seu centro não poderia ser sintático. Então, ele desloca a idéia de EP para algo situado na sintaxe, cuja função é determinar o significado das estruturas.

Portanto, deixar a semântica de lado é uma forma de se afastar daquilo que foi o centro de sua teoria, mas que causava demasiados problemas justamente por ser semântico. Assim, era possível se afastar do centro axiomático que não poderia passar por um teste mais criterioso e construir uma teoria aparentemente embasada no cartesianismo. Com isso, Chomsky não chamaria muito a atenção para um ponto de sua teoria que o levaria ao paradoxo da independência entre sintaxe e semântica: não há uma sem a outra, e separá-las ou dar mais importância a uma que a outra faz com que haja indefinições na obra de Chomsky, em que o papel da semântica (principalmente a representacional, nos termos de Chierchia) nem sempre é bem definido e, não raras vezes, aparece como atrelado à sintaxe, ou como interface entre sintaxe e semântica.

Resta então se perguntar: qual a influência dessa primeira definição na obra de Chomsky? Obviamente, sua teoria sofreu diversas alterações ao longo dos anos. Porém, é sempre interessante retornar àquilo que pode ter sido tomado como fato inegável pela crítica e ter uma opinião formada a partir da leitura crítica dos clássicos.

O fato de Chomsky querer se manter afastado tanto do estruturalismo, quanto da centralidade semântica, o colocou numa situação complicada entre essas formas de encarar a língua. Por um lado, ele se aproxima de Saussure na medida em que sua análise pretende ressaltar uma estrutura cujas relações ocorreriam independentemente do conceito. Então, existe uma estrutura que se sustenta de forma autônoma, determinando o significado. Por outro, a contraparte filosófica da teoria dele e o

conceito de proposição o guiavam para o significado. Por isso, pode-se dizer que o autor, nesse período, situou-se num campo dual: em obras mais formais, aproximando-se do estruturalismo e, em obras mais filosóficas, de uma semântica representacionista, nos termos de Chierchia (2003, p.40-41). Sem ficar totalmente de nenhum dos dois lados, Chomsky vê uma estrutura universal que poderia unir coisas tão dessemelhantes. Isso faz com que ele se situe, ao menos nessa época, num ponto em que há um aparato universal GU e uma estrutura sintática (EP) que determina o significado, sem sê-lo, ficando, por isso, afastado das abordagens da semântica citadas por Chierchia (2003): (i) a representacional, em que “o significado é essencialmente um modo pelo qual representamos mentalmente a nós mesmos o conteúdo daquilo que se diz” (p.40-41); (ii) a pragmático-social, que “qualifica o significado como uma práxis social, assimilando-o à maneira como as expressões são usadas” (p.43-44); (iii) a denotacional, que “se baseia na seguinte representação do que seja comunicar: uma língua é constituída por um conjunto de palavras e de regras para combiná-las. As palavras são associadas por convenção a objetos (isto é, os denotam)” (p.45).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é novidade que Chomsky visava compreender a natureza humana com base na linguagem. Esse interesse desembocaria, obviamente, num contato duplo, tanto com a psicologia, quanto com a filosofia, mas não numa filosofia como a de Platão, em que as palavras denotam uma verdade exterior, nem numa psicologia, em que haja a idéia de evolução, pois, embora sua GU seja um aparato cognitivo e, por isso, se aproxime da psicologia cognitiva moderna, esse aparato parece ser inalterável, bem como a EP, que também é comum a todas as línguas. Contudo, ainda não é tarefa fácil tentar situar a produção de Chomsky em termos da relação entre linguagem e pensamento, pois, por mais que seu esquema formal se aproxime de Saussure, não há a idéia de um grupo de homens que convencionam usos e nem a relevância do social na constituição da língua: é como se eles não influenciassem aquilo que, para Chomsky, é constituído *a priori*. Enfim, resta, como tópico a ser questionado e verificado, o porquê de ele não se inserir em nenhuma dessas perspectivas e qual a consequência disso na coerência de sua obra.

REFERÊNCIAS

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. **Grammaire générale et raisonnée**. Tradução de Bruno Fregni Bassetto e Henrique Graciano Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CHIERCHIA, G. **Semântica**. Tradução de Luis Pagani, Lígia Negri e Rodolfo Ilari. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

CHOMSKY, A.N. **Linguagem e pensamento**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

_____. **Linguística cartesiana**. Madrid: Gredos, 1969.

_____. **Aspects of the theory of syntax**. MIT: Massachusetts, 1965.

GIL, X. L. **Racionalismo e empirismo en la lingüística del siglo XVII**. Barcelona, 1981. Universidad de Barcelona – Tese de doutorado.

NETO, J. B. O empreendimento gerativo. In: BENTES, Anna Christina; MUSSALIM, Fernanda. (Org.). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

PINKER, S. **O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. 27ed, São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, S.R.da. **A precursora e a sucessora da gramática de Port-Royal**. Disponível em <http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/p00006.htm>. Acesso em: 11/03/08.

WEEDWOOD, B. **História concisa da lingüística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.